

## RESENHA

### A cidadania imperfeita

**CLARKE, John; COOL, Kathleen; DAGNINO, Evelina e NEVEU, Catherine. *Disputing Citizenship*. London/Chicago: Policy Press, 2014.**

Ana Luiza da Rocha Lima<sup>1</sup>

Os autores iniciam a obra se perguntando “*por que escrever outro livro sobre cidadania?*”. A proliferação de obras sobre o tema é uma resposta em si, já que acreditam que a cidadania é um termo que carrega múltiplas possibilidades de relações e de ligações, permitindo, assim, uma riqueza de análises que não se tornarão excessivas ou mesmo suficientes para apreender todas as suas possibilidades. Por outro lado, também percebem que existe algum turbilhão envolvendo o assunto e a publicação de diversas obras sobre o tema é um sintoma de que algo está ocorrendo em torno da ideia de cidadania. Este livro tem uma proposta ousada desde o início de se utilizar tanto de conceitos quanto de metodologias pouco ortodoxas, em prol de um entendimento da cidadania para além de seu conceito legal, jurídico ou enquanto status- entendendo o conceito, por sua vez, enquanto processo, prática e relação. Em diversos momentos do livro, desde sua introdução à conclusão, a obra é definida pelos próprios autores como uma “*estranha criação*” e no decorrer das páginas conseguimos compreender o porquê. A questão da distinta nacionalidade entre os autores e, conseqüentemente, de suas percepções sobre cidadania, até a proposta de discutir um conceito em eterna transformação

sem, no entanto, esgotar o tema e a forte presença da percepção cultural de Raymond Williams sobre cidadania enquanto palavra-chave (que carrega um peso histórico e cultural e que vive em transformação e disputa), tudo isso causa, de fato, um estranhamento no seu sentido mais positivo e subversivo, pois, como os próprios autores observaram, diante de incontáveis livros escritos sobre a cidadania, este, em particular, é um livro que se propõe a questionar diversas construções já estabelecidas sobre o tema e o faz com muito sucesso e sem pretensões de esgotá-lo. O uso constante de exemplos de diversos locais e os significados distintos que cada um concede à cidadania enquanto metodologia é interessante e tem o condão de demonstrar a emergência dessas concepções em contextos específicos e problematizar a noção de universalismo e de cidadania como conceito dado, além de manifestar as diferentes acepções que cada autor carrega a partir de suas experiências e cargas culturais próprias. O método escolhido poderia acabar por cair justamente na questão da catalogação de casos, mas ao contrário, é instrutivo e coerente com a proposta de contextualização do conceito defendida pelos autores.

A noção de projetos políticos aqui é muito

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF

importante e se refere a visões de poder, do Estado, dos cidadãos e os significados, interesses e aspirações que um determinado grupo dominante deseja dar a todos esses elementos. O projeto político não deve ser visto de maneira puramente racional, mas como uma construção compartilhada de interesses e desejos que visam encontrar uma voz para serem articulados em conexões e mobilizações. Esses interesses, crenças e valores são elementos determinantes para a articulação do reconhecimento mútuo, da solidariedade e da ação. No entanto, apesar da importância da agência, ela está sempre situada e relacionada a um contexto, dessa forma, não se pode obscurecer o poder desse elemento. O contexto é um forte influenciador no que diz respeito às significações concedidas ao projeto político e, portanto, à cidadania. Segundo os autores, as aspirações de cidadania refletem projetos políticos específicos e projetos políticos orientam ações políticas, dessa forma, os lugares da cidadania também são lugares da política, ainda que não na sua forma convencional. A noção de projeto político enquanto campo que influencia ações políticas permite o destaque do sujeito enquanto agente dessas ações, permitindo que a política seja um campo de conflitos disputa e mobilizações que ocorrem motivadas pelas crenças valores e interesses de indivíduos. Dessa forma, a noção de ação política é orientada pelos desejos, crenças e valores dos sujeitos, assim como por interesses objetivos e pelo compartilhamento de localizações nas relações sociais, combinando racionalidade e as subjetividades dos indivíduos. A importância dessa percepção se torna relevante quando se observa a emergência de um projeto de cidadania no qual o papel dos agentes e suas necessidades, desejos e interesses se mostra fundamental para a articulação da ação, do reconhecimento mútuo e da solidariedade. Toda essa construção em relação à ação política e ao papel dos agentes é permeada pelo contexto e pela cultura desses indivíduos, dotando esses projetos de plasticidade, mas também de horizontalidade na busca de reconhecimento e igualdade nas relações, numa percepção de cidadania que foge de moldes tradicionais como a relação engessada entre Estado e sociedade.

A obra destaca a importância do papel da cultura, da política e do poder como elementos

intrinsecamente relacionados à questão do projeto político. Os autores descrevem sua percepção de poder como algo entre a noção gramsciana, ou seja, não só enquanto dominação, mas como transformação social, e a perspectiva foucaultiana de poder relacional. Dessa forma, há uma disputa pelos significados e pela resignificação de noções como a cidadania e a democracia que são determinados por aqueles que têm poder para determinar o significado de tais elementos. Assim, política e cultura estão ligadas de forma irremediável, a disputa e confronto de relações de poder sempre implicam significados culturais. A relação entre os projetos políticos e a pretensão de resignificar elementos e trazer novas ideologias não está, no entanto, a salvo de ambiguidades na medida em que tanto na implementação de projetos concretos quanto nas práticas discursivas, tais elementos podem estar contaminados com a mesma ideia que combatiam, isso deixa claro que os projetos políticos são dotados muito mais de uma complexa articulação de posições singulares e ideologias do que uma noção pura das mesmas.

A proposta deste primeiro capítulo é de recentrar a cidadania. Trata-se, portanto, de trazer novos panoramas para a discussão do conceito e apontar a influência do contexto sobre a forma como a cidadania será entendida e significada. Há uma proposta de analisar criticamente os conceitos clássicos e centrais de cidadania, como a centralidade de elementos como o Estado e a nacionalidade, além da aceção clássica de cidadania enquanto status legal. Essa problematização inclui a discussão dos papéis das margens e do centro, deslocando o eixo do papel exclusivo do Estado na cidadania e deslocando o foco para outras fontes e atores neste processo. A própria noção de margem deve ser problematizada, uma vez que esses lugares de fala implicam, de certa forma, uma polaridade e até mesmo uma hierarquia quando, na verdade, o que existe é uma articulação relacional, destacando-se o papel das subjetividades e dos indivíduos como sujeitos políticos. O recentramento também inclui o destaque para a relação horizontal dos indivíduos que têm um papel, no mínimo, tão importante quanto a relação clássica e vertical entre Estado e sociedade. Por fim, a mudança de foco do centro para as margens é um recurso

que enriquece as possibilidades analíticas sobre a cidadania, destacando-se processos não tão convencionais no entendimento da questão.

No primeiro capítulo, os autores destacaram a importância de recentrar a discussão da cidadania sob novos enfoques, principalmente em relação aos projetos políticos e a influência da formação cultural. O segundo capítulo destaca outro processo que ocorre simultaneamente: o decentramento, no qual há uma desconstrução na naturalização do Estado como ente central para o conceito de cidadania e para outros diversos elementos. A relação entre Estado e cidadania é uma construção histórica na qual o ente estatal assegura esse status através da garantia e implementação de direitos, no entanto, há uma proposta de se pensar a cidadania para além dessa clássica ligação. Os autores apontam que a conformação cultural e os distintos projetos políticos cristalizam a cidadania de diferentes formas, tornando seu significado variável (por exemplo, a categoria de representação da cidadania no Brasil historicamente acabou por ser o trabalho, enquanto nos Estados Unidos é o direito de voto). Além disso, o próprio papel central do Estado também tem sido problematizado, na medida em que temos testemunhado um processo de transformação na sua atuação como é visto com o crescimento e destaque das ONG's, sociedades civis e agências internacionais, permitido através do processo da globalização. Essas agências questionam as fontes de direitos, de autoridade, legitimidade e de poder, contestando as formas estabelecidas de cidadania ou criando novas. Os autores tentam fugir do reducionismo de uma discussão binária que só prevê a centralidade ou a morte do Estado. O que se deseja é analisar as distintas formas na qual a cidadania é influenciada pelas relações que superam as barreiras das nações, implicando novas formas de poder derivadas dessa multiplicidade de agências transnacionais em articulação.

A relação entre o Estado e a cidadania e mesmo o próprio conceito de Estado são variáveis, então deve-se considerar que a própria forma do Estado também varia. O texto demonstra uma preocupação em pluralizar o entendimento dos distintos conceitos com que trabalha, evitando simplificações. Dessa forma, não há uma

intenção de se catalogar os diferentes padrões de formação do Estado e da cidadania, mas destacar a possibilidade de formações variadas do mesmo com respeito a sua história e variação geopolítica. Trata-se de entender as condições, os contextos, as trajetórias dessas formações no intuito de compreender as dimensões e consequências desse processo, bem como seus efeitos sobre como a cidadania é pensada e disputada. Essa forma de pensar é demonstrada pela adoção de uma metodologia trabalhada por Raymond Williams "*authentic historical analysis*" na qual a formação histórica e política do Estado e a relação entre projetos políticos distintos acabam por conformar experiências distintas de cidadania, como foi exemplificado o caso do Brasil que em 1979 cunhou uma espécie de cidadania um tanto excludente que reconhecia direitos políticos e sociais apenas de trabalhadores que pertenciam a sindicatos reconhecidos pelo Estado, chamados por Wanderley Guilherme dos Santos de *cidadania regulada* e que gerou esforços por parte dos movimentos sociais para a ampliação do reconhecimento da cidadania de maneira mais universal. A categoria do trabalho ainda é uma forte representação para a cidadania e está profundamente imbricada na cultura brasileira. Outra espécie foi a chamada *cidadania concedida*, conceito cunhado por Salles em 1995 que expressa uma espécie de (ausência de) cidadania que era caracterizada pela cultura do favoritismo e do clientelismo e os direitos eram vistos como favores, herança de um passado autoritário e oligárquico dos latifundiários que transferiram seus domínios da esfera privada para a pública.

Esse tipo de abordagem é muito interessante, uma vez que a relação pronta e acabada entre Estado e cidadania tem sido fortemente questionada desde o advento das transformações ocorridas através da globalização e das identidades pós-nacionais, além das migrações globais. Para além dessas transformações, alguns autores defendem que as formas de governo e de poder estão mudando. As ONG's, agências internacionais e sociedade civil têm exercido um papel cada vez maior em relação às formas de poder, autoridade e legitimidade. Dessa forma, não são somente as fontes de direitos que são modificadas através dessa interseccionalidade entre globalização e governo, mas os arranjos em

torno do poder. Essas novas formas de arranjo afetam a governabilidade que é pensada para além do Estado, agregando diversos agentes de diversos tipos, desde ONG's até corporações privadas, essas análises levam em questão desde a globalização até o neoliberalismo e o ingovernável processo de complexificação econômico e social. De acordo com a obra, os Estados devem ser tratados como entes plurais que não podem ser estudados a partir de teorias simplistas ou unívocas, pois são resultado de formações históricas específicas e suas próprias instituições são frutos de projetos políticos distintos realizados em épocas diferentes, resultando numa heterogeneidade dentro do próprio ente estatal. A cidadania pode encontrar terreno em diversas instituições para se manifestar e o Estado é apenas uma delas, a partir dessa constatação é possível concluir que, diante da experiência e da história das distintas sociedades, é possível que outras agências possam compartilhar da prerrogativa do Estado em prol do reconhecimento de direitos, identidades e cidadania e a partir desses novos arranjos, é preciso pensar como isso pode afetar os espaços de política, poder e mesmo de governabilidade.

Por fim, no capítulo três, há uma proposta de se pensar os diversos espaços nos quais a cidadania pode ser pensada, resignificada e disputada. A nação de cidadãos é uma “*comunidade imaginada*”, nos termos cunhados por Benedict Anderson, e a cidadania é um termo rico no qual podem ser concedidos diversos significados. Há uma ideia corrente de que a cidadania, a nacionalidade e a identidade nacional são termos intrinsecamente ligados, mas essa construção não é natural e a forma como cada contexto trata o assunto será determinante para o entendimento desses termos. Na Europa, a questão da identidade nacional foi, frequentemente, essencializada enquanto entendimento de uma homogeneidade de cultura, língua e raça que acabava por marginalizar aqueles que não se encaixavam nestes termos, questão que ainda permanece enquanto os estados europeus tentam lidar com as populações heterogêneas após o colonialismo.

A partir da desconstrução das essencializações e determinismos pode-se pensar a cidadania em termos de escalas e como processo, ou seja, ela pode ocorrer em diversos contextos, situações, instituições e locais e não apenas pensada de

forma centralizada e estática. Dessa forma, poderia se pensar, por exemplo, em escala local. A questão é que o local não deve ser pensado de forma a se contrapor a escala nacional em termos de ser um espaço natural e ideal para o florescimento da cidadania, na verdade a escala local também apresenta suas particularidades em relação à cidadania, história, cultura e etnicidade, além de ser percebida de formas distintas de lugar para lugar, mas o mais importante é que ela deve ser considerada um dos espaços de ocorrência da cidadania enquanto liga as culturas e práticas de indivíduos originários de locais diversos num mesmo espaço de práticas sociais e políticas e a possibilidade de suas demandas locais galgarem escalas transnacionais ou demandas que evoquem as esferas local, nacional e transnacional simultaneamente, ou seja, a inclusão da esfera local serve como ponto de partida para a ampliação da visão da manifestação da cidadania em seus diversos espaços e escalas e não de maneira centralizada e vertical seja o seu foco nacional ou local.

Além de todas as formas de comunidades imaginadas e de formas de expressão de cidadania já discutidas, o espaço é também local de representação e de manifestação cidadã, tanto de formas tradicionais (por parte do Estado) quanto de formas alternativas. O espaço público é normalmente demarcado pelo Estado de forma a determinar a ordem das coisas e os lugares aos quais cada um pertence, tais como as capitais, as embaixadas e outros locais relacionados a atividades específicas do Estado. No entanto, acabam por serem, também, locais de exclusão ao determinar quem pode ou não ter acesso. Não à toa esses locais representativos são alvo de performances, ocupações e manifestações para que os indivíduos protestem a ordem das coisas e expressem suas insatisfações como foi o caso dos protestos da primavera árabe, no Chile, na Espanha, na Turquia e em tantos outros locais que envolveram a ocupação do espaço público. Os autores destacam a própria participação e vivência cotidiana da vida urbana e do espaço público como condição de participação e de cidadania, na medida em que podem permitir uma confluência natural para protestos e manifestações que traduzem os problemas da vida cotidiana num processo que nem sempre

é racional. Junho de 2013 no Brasil foi uma ocupação nestes termos, o início se deu a partir do aumento da taxa de transporte e rapidamente se tornou algo maior e diversas demandas eram exigidas, expressando as frustrações cotidianas da vida urbana: a má qualidade do transporte, da saúde pública, da educação, a violência policial, o casamento gay, os altos impostos, violência contra a mulher, o alto investimento na Copa e nas Olimpíadas, corrupção, partidos políticos ineficazes e etc. A cidadania, dessa forma, se manifesta em diversos lugares e de maneira relacional, pode ser vivida no cotidiano, bem como em performances e mobilizações e está sendo construída e reimaginada a todo momento e em diversos locais. No entanto, acima de tudo a cidadania deve ser pensada como um conector entre pessoas, entre pessoas e lugares e entre pessoas e instituições para além das diferenças e distintos projetos políticos, criando e transformando novas formas de vida social e política.

O texto nunca teve a intenção de propor uma teoria da cidadania, mas partiu do pressuposto de que a cidadania é imperfeita e está sempre em processo de construção. Dessa forma, o texto é permeado desse caráter contingente e plástico desde a necessidade de sua profunda contextualização (e dessa forma das influências culturais), a atenção às mudanças de percepção e interesses que ocorrem com as sucessões de projetos políticos e de grupos no poder, as diversas agências para além do Estado que concentram tentativas de produção da cidadania até a influência das escalas e dos espaços nos quais a cidadania é construída e praticada. Assim, os autores demonstram a importância de considerar esses elementos em detrimento de buscar teorias universais e abstratas que acabam por essencializar a questão. O tema é complexo e os autores não buscavam o esgotamento das questões apresentadas, mas sim levantar o debate em torno da disputa sobre os diferentes significados que se pretende dar a cidadania, bem como as distintas formas como ela pode ser imaginada. Vivemos um momento de crise e instabilidade, as polaridades têm se tornado cada vez mais violentas, os espaços de discussão cada vez mais intolerantes e as incertezas são crescentes. Presenciamos um período de intensas

mobilizações por todo o globo e várias pautas foram discutidas, desde problemas cotidianos, até a reivindicação de um alargamento da cidadania de forma mais inclusiva. Mais do que nunca a discussão da cidadania é essencial e explorar suas diversas formas de manifestação, assim como a variação de lugares onde toma forma, busca desconstruir as essencializações e demonstrar como as possibilidades são ricas e reconhecer a multiplicidade de espaços e formas de discussão nunca se mostrou mais necessário, o que torna a obra atual e de leitura obrigatória.